

Autor José Rebelo

Professor jubilado do ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa;
Presidente da Associação de Estudos Comunicação e Jornalismo - AECJ

Num artigo publicado em 2002 na Revista *Trajectos*, José Manuel Paquete de Oliveira identificava três aspectos que, genericamente, afectariam o desenvolvimento da investigação em Ciências da Comunicação:

1. Tratando-se de uma área científica recentemente constituída, faltar-lhe-ia, ainda, o tempo suficiente para criar instrumentos de análise e de pesquisa próprios e adequados os seus objectos de estudo, pelo que estaria obrigada a recorrer ao repertório teórico e metodológico de outras disciplinas.
2. A emergência das novas Tecnologias de Informação e Comunicação teriam, de algum modo, contaminado o campo, impondo um determinismo tecnológico tão do agrado da ideologia tecnocrática dominante e fomentando, em muitos investigadores, uma concepção redutora do real baseada no princípio da técnica como determinante do social.
3. Caracterizadas por uma “mutabilidade quase infinita”, vocacionadas para a análise de fenómenos “que fazem intrinsecamente parte do tempo que corre sem tempo e do espaço que perde espaço”, as Ciências da Comunicação confrontar-se-iam, paradoxalmente, com um paradigma “tremendamente comercialista” implicando a exigência de resultados imediatos - de preferência apoiados em estatísticas geradoras de pseudo evidências - abrindo portas a um “numeralismo que acaba por ser inimigo da ciência explicativa”.

A estes aspectos, que considerou como “genéticos”, Paquete de Oliveira acrescentou outros ao referir-se, concretamente, ao caso português:

1. A diversidade de origem dos primeiros “agentes envolvidos” nas Ciências da Comunicação em Portugal – sociólogos, psicólogos, antropólogos, filósofos, linguistas, semiólogos e, até, teólogos.

2. A suspeita com que a Academia mais tradicional olhou, pelo menos no início, para este novo domínio de ensino e de investigação.
3. As conflitualidades, latentes ou manifestas, entre quem se apresta a disputar cargos de liderança científica ou organizativa
4. O deficiente financiamento por parte das entidades públicas e privadas.
5. A desconfiança de alguns profissionais do jornalismo para os quais o verdadeiro saber-fazer é aquele que se adquire na tarimba.

Quinze anos volvidos, estamos longe deste panorama traçado por Paquete de Oliveira. Com efeito, se algumas das características “genéticas” se mantêm, muita coisa mudou em Portugal. Multiplicaram-se, talvez mesmo em demasia, os cursos na área das Ciências de Comunicação – Licenciaturas, Mestrados, Doutoramentos -, com docentes e investigadores fortemente interventores na comunidade académica. A fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) passou a olhar para as Ciências da Comunicação de forma mais cuidada, financiando projectos, atribuindo Bolsas de estudo, patrocinando a realização de Colóquios e de Congressos. Assistiu-se a um intenso movimento editorial com a publicação de livros e de revistas que acolhem trabalhos de investigação inovadores e de qualidade incontestável. Com os primeiros Congressos da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação - Sopcom e da Federação Lusófona de Ciências da Comunicação - LUSOCOM, respectivamente em Março e Outubro de 1999, quebram-se fronteiras e os investigadores portugueses ganham reconhecimento internacional. Por outro lado, são cada vez mais numerosos os jovens formados na Universidade ou no Politécnico que ingressam no jornalismo, contribuindo, assim, para dissipar o mal-entendido que, no passado próximo, afastara quem faz jornalismo e quem disserta sobre ele.

Não é arriscado afirmar que José Manuel Paquete de Oliveira pelo seu carisma, pela sua enorme capacidade de gestão e pela sua inesgotável ponderação, foi um dos principais artífices da mudança verificada. Afável, evitando escolhos, tornou-se um construtor de consensos. Era impossível estar contra o Paquete de Oliveira.

Talvez ninguém tenha sabido aliar, melhor do que ele, teoria e empiria. Talvez ninguém tenha sido tão sensível, como ele, à necessidade de definir objectos de investigação em função da sociedade envolvente.

Ao escolher o tema da sua tese de Doutoramento a atenção de José Manuel Paquete de Oliveira deslocou-se para as relações entre os média e o poder político no pós 25 de Abril. Com a “Revolução dos cravos” tinha acabado, é certo, a censura prévia que, desde a Constituição Política de 1933, impedia os órgãos de comunicação social de publicar a mais leve crítica, o mais ligeiro reparo quanto ao funcionamento do Governo e demais instituições públicas assim como a atitudes ou decisões de personalidades afectas ao regime então vigente. Instalara-se, no entanto, outro tipo de censura, mais subtil, não dita, não assumida: aquela que resultava da luta pelo poder envolvendo partidos e personalidades políticas. Conquistar ou conservar o poder passava pelo controle dos média. Alterava-se a relação de forças, ao nível do aparelho político, e alterava-se a cadeia hierárquica nas redacções de jornais, de

estações de rádio e de canais de televisão, nomeadamente após a transferência, para o sector público, da esmagadora maioria dos órgãos de informação. Numa segunda fase, e uma vez esfumada a euforia revolucionária de 1974/75, um outro modelo iria prevalecer no campo dos média, entretanto objecto de medidas de re-privatização: o de grupos multimédia hegemónicos pelo capital financeiro. À dominação política, sucedia a dominação financeira ou, nalguns casos, formas de dominação híbridas. Mas, no interior da maioria das redacções, o ambiente de intimidação, ostensiva ou dissimulada, mais ligeira ou mais pesada, manter-se-ia. Objectivo: impedir ou modalizar a opinião desviante; calar ou moderar as vozes insubmissas.

A tese de Doutoramento de Paquete de Oliveira intitula-se, justamente, *Formas de “Censura Oculta” na Imprensa Escrita em Portugal no pós-25 de Abril – 1974/1987* e procura enunciar, numa perspectiva “antropo-socio-semiótica da comunicação”, como muito bem observa José Luís Garcia num obituário que publicou n.º 220 da revista *Análise Social*, “as múltiplas censuras não oficiosas exercidas tanto pelas autoridades públicas como pelos interesses privados [...] muitas vezes as mais perniciosas por serem incorporadas, desconhecidas e encobertas”.

Sem nunca ter sido publicada, esta tese de Doutoramento constituiu, todavia, um esteio para gerações de estudantes de comunicação social, do ISCTE e não só, que nela encontraram metodologias de análise e reflexões conceptuais que adequaram aos respectivos objectos. É ver a quantidade de citações dela retiradas...

Talvez ninguém se tenha preocupado, tanto como José Manuel Paquete de Oliveira em consolidar o edifício institucional, indispensável ao desenvolvimento sustentado do ensino e da investigação.

Foi Presidente da Sopcom e da LUSOCOM. Foi Presidente do Conselho Geral da Universidade da Beira Interior – UBI. No ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, ele foi tudo. Criou a área das Ciências da Comunicação com duas disciplinas: Sociologia da Comunicação e Sociologia dos Média. Criou o Mestrado em Comunicação, Cultura e Tecnologias da Informação. Encorajou todos os esforços visando a abertura de um Doutoramento em Ciências da Comunicação, projecto que viria a materializar-se em 2011. Foi fundador do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia – CIES/IUL e director da revista *Sociologia Problemas e Práticas*, editada por este Centro. Foi Presidente do Conselho Directivo e, mais tarde, Vice-Presidente, quando o ISCTE-IUL assumiu novos contornos institucionais.

Durante cerca de trinta anos, Paquete de Oliveira foi o ISCTE e o ISCTE foi Paquete de Oliveira.

Enfim, talvez ninguém tenha dado tamanho contributo para a harmonização das relações entre o jornalismo, enquanto profissão, e o jornalismo, enquanto matéria de estudo e de investigação.

É verdade que antes de enveredar pela carreira académica, Paquete de Oliveira tinha sido jornalista na Madeira, sua terra natal. É verdade que, em simultâneo com o seu percurso

universitário, Paquete de Oliveira nunca se desligara dos média assinando crónicas no *Jornal de Notícias*; participando, como comentador residente, no programa de grande audiência emitido pela SIC, *Casos de Polícia*; assegurando as funções de provedor do leitor, no jornal *Público*, e de provedor do telespectador, na RTP.

Mas, de todas as suas iniciativas, aquela que melhor espelha o propósito constante de fazer a síntese entre a teoria e a prática jornalísticas é, sem dúvida, a que se traduziu na abertura, em 1999, de um Curso de Pós-graduação em jornalismo.

A história conta-se em poucas palavras. Estamos em 1997 quando o Sindicato de Jornalistas decide apelar para as universidades portuguesas no sentido de encontrarem uma solução para muitos jornalistas que, tendo interrompido os seus estudos, pretendiam retomá-los. As alterações curriculares, entretanto ocorridas, vedavam-lhes qualquer equivalência pelo que tal projecto se afigurava de difícil concretização. Só o ISCTE respondeu. Ou melhor, respondeu Paquete de Oliveira que exercia, à época, as funções de presidente do Conselho Directivo daquele estabelecimento de ensino superior público.

Árdua batalha a que Paquete de Oliveira travou, para ultrapassar resistências de um academicismo serôdio. Mas a argumentação que desenvolveu acabou por prevalecer. Em conjunto com a Escola Superior de Comunicação Social de Lisboa, o ISCTE criou, então, uma pós-graduação aberta a jornalistas com curriculum profissional relevante com o objectivo de:

proporcionar uma formação especializada em áreas-chave do jornalismo, no actual contexto nacional, europeu e mundial, caracterizado pela persistência de estratégias de globalização [...] e, em paralelo, pelo desenvolvimento de novos dispositivos de comunicação que permitam a múltiplos actores intervirem no processo de informação e formação de opinião.

O curso destinava-se a “todos os que se interessam pela análise dos meios de comunicação social enquanto factor estruturante das sociedades modernas”. O seu primeiro director foi, como não podia deixar de ser, Paquete de Oliveira. Muitos jornalistas, sem Licenciatura, inscreveram-se no referido Curso. Alguns, como Cesário Borga, Óscar Mascarenhas, Rogério Vidigal e José Vegar seguiram para Mestrado. Outros, como Diana Andringa, Alexandre Manuel, Adelino Gomes e Orlando César, para Doutoramento. Todos concluíram os referidos Cursos com brilhantismo.

Entre a maioria desses jornalistas/estudantes/investigadores gerou-se uma relação de proximidade que conduziu à fundação, em Janeiro de 2016, da Associação de Estudos Comunicação e Jornalismo. A 6 de Fevereiro teve lugar a primeira Assembleia Geral da AECJ e, por unanimidade, Paquete de Oliveira foi designado Sócio nº 1.

Como primeira iniciativa, a Associação decidiu organizar um Colóquio sobre o comportamento dos média durante as eleições legislativas e presidenciais realizadas no final do ano anterior. E quem seria o conferencista a convidar? Resposta óbvia: Paquete de Oliveira. No dia 3 de Março, o salão nobre da Casa da Imprensa encheu-se para ouvir Paquete de Oliveira cuja intervenção foi comentada por Mário Mesquita e José Vítor Malheiros.

Amigos, colegas, alunos seguiram, pela última vez, o pensamento lúcido e pertinente de quem marcou, indelevelmente, o jornalismo e os estudos de Comunicação, em Portugal.

Algumas instituições que lidaram mais de perto com José Manuel Paquete de Oliveira projectam vir a criar um prémio com o seu nome e destinado a distinguir a melhor tese de Doutoramento em Ciências da Comunicação/Jornalismo apresentada, em cada ano, nas Universidades portuguesas.

Espera-se que tal projecto se venha a materializar.

Por uma questão de justiça.

Biografia do Autor:

José Rebelo é doutorado e Agregado em Sociologia, na especialidade de Comunicação e Cultura. Professor jubilado do ISCTE – IUL. Membro do Conselho de Opinião da RTP. Presidente da Associação de Estudos Comunicação e Jornalismo – AECJ e da Liga Portuguesa dos Direitos Humanos/CIVITAS. Comendador da Ordem da Liberdade.

Da sua bibliografia destaque para os livros: *As Novas Gerações de Jornalistas em Portugal*, 2014 (org.), Lisboa, Mundos Sociais, 193 pp.; *Ser Jornalista em Portugal, perfis sociológicos*, 2011 (org.), Lisboa: Gradiva, 925 pp.; *A Comunicação: Temas e Argumentos*, 2003, Coimbra: MinervaCoimbra, 200 pp.; *O Discurso do Jornal*, (2ª ed. 2002), Lisboa, Notícias Editorial, 169 pp.; *Formas de Legitimação do Poder no Salazarismo*, 1998, Lisboa, Livros & Leituras, 384 pp.